

BRICS e a Educação Superior: Questões e Convergências Possíveis? *BRICS and Higher Education: Possible Issues and Convergences?*

Maria Creusa de Araújo Borges

Universidade Federal da Paraíba (UFPb), Brasil

Resumo

O autor examina a convergência de políticas no ensino superior nas potências mundiais emergentes, particularmente nos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Considerando as relações de forças, posições de poder marcam e influenciam o espaço geopolítico. Dessa forma, a posse de capital relevante nos cenários econômico e político caracteriza o espaço em que a cooperação em tecnologia, educação e formação tem sido colocada na agenda política dos países do BRICS, especialmente desde a crise econômica desencadeada em 2008. Nesse cenário, a autora discute temas e tópicos referentes a possíveis convergências que devem ser construídas no ensino superior, com o objetivo de dar continuidade e fortalecer projetos de cooperação, ao centrar em áreas prioritárias para a consolidação da posição emergente dos países do BRICS. Assume-se que as estratégias regionais indicam a construção de uma agenda de cooperação com ênfase no par pesquisa/tecnologia, internacionalização e FEP (Formação e Educação Profissional). A agenda aqui proposta é desenhada com base em análise bourdieusiana de campo de forças e de capital.

Palavras-chave: BRICS; educação superior; cooperação regional; posição emergente

Abstract

The author examines the convergence of policies in higher education in emerging world powers, particularly in BRICS (Brazil, Russia, India, China and South Africa). Considering the balance of forces, positions of power mark and influence the geopolitical space. This way, the possession of relevant capital in economic and political scenarios characterizes the space in which cooperation in technology, education, and training has been placed on the political agenda of the BRICS countries, especially since the economic crisis triggered in 2008. In this scenario, the author discusses issues and topics regarding possible convergences that should be built in higher education, with the aim of continuing and strengthening cooperation projects, focusing on priority areas for consolidation of the emerging position of the BRICS countries. It assumes that the regional strategies indicate the construction of a cooperation agenda with an emphasis on research and technology as well as internationalization, education, and training. The analysis of the agenda here proposed is drawn on Bourdieusian concepts of field of forces and capital.

Keywords: BRICS; higher education; regional cooperation; emerging position

1. COOPERAÇÕES REGIONAIS EM EDUCAÇÃO SUPERIOR E A EMERGÊNCIA DO BRICS

O debate sobre políticas convergentes em educação superior ganha centralidade quando da construção da área europeia de ensino superior e da investigação na década de noventa do século XX, com o paradigmático Processo de Bolonha.

Esse processo se fundamentou em reuniões multilaterais com chefes de Estado e ministros da Educação no espaço geopolítico europeu e em produção profícua de documentos e normativas.

O Processo de Bolonha, de fato, se constituiu como um movimento precursor na estratégia de convergência política em torno de uma área prioritária da Economia Baseada no Conhecimento (EBC), caracterizada pelos seguintes aspectos: economia em que a maior parte da produção e do emprego se concentra no setor terciário, nos serviços intensivos em conhecimento, como educação, saúde, I&DE (Inovação & Desenvolvimento); substituição dos operários da indústria por trabalhadores do conhecimento; generalização do uso das novas tecnologias da informação e comunicação; sistemas produtivos dependentes de inovação e que impulsiona as atividades a ela vinculadas (Murteira, 2004).

No quadro dos processos das globalizações (Santos, 2002; Santos, 2013), a educação superior, ou, nos termos da Organização Mundial do Comércio (OMC), *Tertiary Education*, é pensada como um serviço passível de comercialização além das fronteiras nacionais, conforme estabelecido no acordo *General Agreement on Trade in Services* (GATS, 1995), sobre o comércio de serviços, no qual a educação superior foi incluída na lista dos serviços a ser ofertados sob a lógica do lucro (Borges, 2009).

40

De fato, para fins de exame das políticas de convergência em torno da educação superior, o paradigmático PB constitui uma estratégia precursora e central nesse processo em torno de uma área prioritária na EBC. Nessa perspectiva, as recomendações presentes em alguns documentos são fundamentais para a configuração da estratégia de convergência na perspectiva educacional e da investigação no espaço geopolítico europeu. Nessa estratégia, são afirmados os documentos *Magna Charta Universitatum* (1988) e a *Declaração de Sorbonne* (1998).

A discussão de algumas temáticas, presentes na estratégia de convergência construída a partir da Declaração de Bolonha (1999), documento-símbolo do PB europeu, é antecipada nos documentos supracitados, sendo necessária, portanto, a sua análise no tocante às temáticas colocadas na agenda multilateral acerca da matéria e às recomendações sugeridas quanto à tarefa reservada à educação superior na EBC.

No documento *Magna Charta Universitatum* (1988), assinado pelos reitores das universidades europeias, discute-se o papel da universidade numa sociedade em mudança e internacional, antecipando uma discussão recorrente nos documentos construídos a partir da agenda de Bolonha. Na sociedade marcada por globaliza-

ções e onde o conhecimento se constitui numa mercadoria de grande valor, as instituições de educação superior são chamadas a desempenhar novos papéis, diante das demandas criadas pelas necessidades do mercado de trabalho e do desenvolvimento da economia europeia.

No espaço geopolítico europeu, a discussão sobre a construção da Europa do Conhecimento coloca novos desafios para a universidade, sendo esta interpelada a contribuir no processo de convergência nos aspectos culturais, sociais e, principalmente, no desenvolvimento econômico. No referido documento, não obstante ter sido elaborado em 1988, encontra-se presente a discussão do papel da universidade no processo de desenvolvimento econômico, temática enfatizada e reiterada nos discursos construídos sobre a instituição universitária a partir da Declaração de Bolonha (1999) e, também, nos discursos das organizações internacionais, sobretudo do Banco Mundial e da OMC.

No documento em análise, as universidades são definidas como centros de cultura, conhecimento e pesquisa, e são guiadas pelos princípios da autonomia; produção do conhecimento; unidade entre ensino e pesquisa; independência em relação às autoridades externas, tanto econômicas como políticas; liberdade acadêmica. Trata-se de uma concepção de universidade pautada em princípios republicanos, que enfatizam a autonomia, a liberdade acadêmica como aspectos que distinguem uma instituição universitária.

Com base nessa concepção, os Reitores das universidades europeias sugerem recomendações, tais como: contratação de professores, com ênfase na inseparabilidade da pesquisa e do ensino como critério de contratação; necessidade de congregação de projetos, garantindo-se a troca de informações e documentos como base para a realização do progresso da produção do conhecimento e dos processos de aprendizagem; mobilidade de professores e alunos, sendo necessária uma política de equivalência de títulos e de exames para efetivar essa mobilidade e a necessidade de a instituição universitária transcender barreiras geográficas e políticas.

Nessa concepção, encontram-se presentes características mais próximas de um modelo *humboldtiano* de instituição universitária, que enfatiza a produção de pesquisa como aspecto fundamental e que distingue uma instituição como universidade. A inseparabilidade entre ensino e pesquisa, mobilidade, política de equi-

valência e integração europeia são temáticas dominantes na agenda de Bolonha, sendo trabalhadas de forma mais detalhada e até ampliadas com a finalidade de concretização da Área Europeia de Ensino Superior e da Europa do conhecimento.

Não obstante as especificidades do contexto econômico, social e político, na *Declaração de Sorbonne* (1998), documento construído por ministros de educação europeus (Alemanha, França, Itália e Reino Unido), dez anos após a elaboração do documento *Magna Charta Universitatum*, é colocado o discurso do papel da universidade na construção das dimensões intelectuais, culturais, sociais e técnicas do continente europeu. Nesse sentido, o papel da universidade é ampliado para além da dimensão da produção do conhecimento, sendo chamada, no contexto de uma sociedade cada vez mais internacional, a desempenhar papéis referentes a outras dimensões, sobretudo quanto aos aspectos relativos ao processo de desenvolvimento social e econômico e à construção da Europa do conhecimento.

42

Nesse contexto, algumas recomendações são indicadas: circulação livre de estudantes e professores; abolição das barreiras para concretizar a mobilidade e a cooperação no espaço europeu de ensino superior; reconhecimento internacional dos sistemas de ensino superior europeus. Para a efetivação da mobilidade, são colocadas como propostas a utilização do esquema de créditos *European Credit Transfer System* (ECTS), tanto para a troca como para a acumulação, e a organização dos graus acadêmicos em dois ciclos principais, com a finalidade de facilitar comparações e equivalências de títulos.

Percebe-se que, no documento em análise, recomenda-se uma concepção de universidade no contexto de políticas de convergência no âmbito europeu. Trata-se de uma concepção que enfatiza o papel da universidade no âmbito de uma sociedade global e pautada na EBC. Nesse contexto, as instituições universitárias são chamadas a exercer papéis referentes, sobretudo, à formação de cidadãos qualificados para o mercado de trabalho, oferecendo as competências necessárias às demandas desse mercado. Outra exigência feita à universidade diz respeito à produção de conhecimento na perspectiva das necessidades do setor produtivo. Dessa forma, a universidade é pressionada a desenvolver a pesquisa aplicada e a inovação tecnológica, vinculada aos imperativos do desenvolvimento econômico, sendo, inclusive, utilizada a sua capacidade de produzir inovação tecnológica como critério de avaliação do desempenho da instituição.

Nos documentos *Magna Charta Universitatum* e *Declaração de Sorbonne* são realçadas concepções de universidade na perspectiva de construção de uma Europa mais ampliada, nas dimensões sociais, econômicas, técnicas e culturais em contexto de convergências. Nesse contexto, as instituições universitárias são pressionadas a exercerem tarefas diferentes daquelas que tradicionalmente desempenham. A questão que se coloca se constitui, fundamentalmente, na produção de produtos universitários voltados ao desenvolvimento da economia europeia, contribuindo para a melhoria de sua competitividade global. Mesmo no documento *Magna Charta Universitatum*, em que os princípios republicanos são mais enfatizados, algumas temáticas são introduzidas e estas diferem e se distanciam desses princípios, como é o caso da temática da inovação tecnológica atrelada ao desenvolvimento da pesquisa na universidade. Com a distância temporal de dez anos, nos referidos documentos, apesar de discutirem concepções similares - as questões referentes à abolição de barreiras, à mobilidade, ao reconhecimento internacional, à política de equivalência de títulos -, são introduzidas necessidades que são ampliadas no contexto de discussão do PB.

O PB pauta-se numa plataforma que prioriza o reforço da convergência europeia na perspectiva educacional, com ênfase na construção da Europa do Conhecimento e da Área Europeia de Investigação (BORGES, 2013). Segundo Parecer do Comitê Econômico e Social Europeu (CESE), a agenda Bolonha teve o mérito de contribuir “para a convergência dos sistemas de ensino superior na Europa” (CESE, 2012, p. 144) em torno de questões cruciais, sobretudo no tocante aos avanços do conhecimento científico e ao seu vínculo com as demandas de competitividade da economia europeia.

Na agenda Bolonha, é reiterada a necessidade de produção da pesquisa aplicada, se constituindo em pauta prioritária nas recomendações elaboradas nos documentos aprovados após a Declaração de 1999, os quais compõem o quadro de orientações do referido processo. Quadro em que as instituições de ensino superior são pressionadas a produzir conhecimentos passíveis de serem explorados pelas demandas da EBC.

De fato, o PB constitui uma referência no debate sobre a convergência de sistemas de educação superior em espaços geopolíticos regionais e, sobretudo, quanto à temática da produção da inovação pela universidade. Um quadro normativo é

construído, inclusive no Brasil, para dar suporte aos projetos de produção da inovação, ciência e tecnologia e às interações entre as universidades e as empresas (Borges, 2015)¹.

Além disso, cooperações em espaços regionais sobre a matéria são reforçadas com a criação de novos grupos com impactos geopolíticos, além das fronteiras europeias (Borges, 2013). Os impactos podem ser mensurados em várias dimensões. Uma delas consiste nas iniciativas e no reforço da cooperação em matéria de educação superior em outros espaços regionais, como é o caso do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), cujo tratado constitutivo - o Tratado de Assunção (1991) - foi assinado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, com vistas à construção de estratégias convergentes nos setores da circulação de bens, serviços, fatores produtivos². Mais recentemente, a pauta da cooperação do MERCOSUL tem se ampliado para temas como o Código Aduaneiro, Tarifa Externa Comum, Sistema de Solução de Controvérsias e a intensificação da perspectiva da educação como um setor estratégico no quadro de fortalecimento das políticas de integração regional³. Além da ampliação da agenda, o MERCOSUL tem firmado acordos extrarregionais, com outros países e blocos geopolíticos e econômicos, como as tentativas de negociação com a União Europeia⁴.

44

Nesse cenário, se constitui o grupo emergente BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e, a partir de 2011, a África do Sul). A característica comum entre esse grupo e a União Europeia é o fato da convergência começar pela via econômica e política e se ampliar para a área educacional. Fato este que expressa a centralidade da educação superior e de seu papel estratégico na EBC, papel afirmado na 6ª Cúpula do BRICS, realizada em 2014, no Brasil, não obstante as diferenças nas trajetórias de desenvolvimento entre os países-membros do grupo (Stuenkel, 2017).

Não obstante o BRICS ser um grupo político recente, a 1ª Cúpula foi realizada em 2009 e o ingresso da África do Sul ocorreu em 2011, o grupo tem realizado reuniões anuais, as chamadas Cúpulas, em cada país-membro. Em cada Cúpula tem se ampliado a agenda de cooperação considerada relevante para as economias emergentes que compõem o grupo. Na 6ª Cúpula, sediada no Brasil, em 2014, o

¹ A Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 e sua alteração pelo novo marco legal de 2016, Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016.

² Sobre a matéria ver: <http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>

³ Plano de Ação do Setor Educacional do MERCOSUL (2011-2015).

⁴ Constitui um acordo extrarregional precursor da intensificação dessa estratégia de cooperação, o Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-Israel, promulgado pelo Decreto nº 7159, de 27 de abril de 2010.

grupo reforça a cooperação com a criação do Banco de Investimento do BRICS, contando, inicialmente, com um capital de US\$ 50 bilhões, capital este que subsidiará as ações estratégicas de cooperação em diversas áreas, entre elas, a educação superior e a investigação com foco na inovação tecnológica⁵.

Nesse contexto, a Cúpula de Fortaleza dá ensejo a uma nova agenda estratégica do BRICS. Acompanhando um movimento iniciado em 2013, por ocasião da Consulta Ministerial BRICS-UNESCO, realizada em Paris, com a presença dos ministros de Educação dos países-membros do BRICS, firma-se um compromisso de cooperação na área de educação, com destaque à educação superior e à inovação tecnológica. A cooperação intra-BRICS se acentua na 6ª Cúpula, com a realização do 6º Fórum Acadêmico que a precedeu, sediado no Rio de Janeiro, tendo à frente o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Com uma plataforma dedicada ao fortalecimento da cooperação com ênfase na educação, o 6º Fórum Acadêmico centralizou suas discussões nas temáticas relacionadas à produção da ciência, tecnologia e aos desafios da inovação no BRICS, com destaque às relações entre universidade e empresa na promoção da inovação tecnológica⁶.

O Fórum Acadêmico, o Consórcio de *Think Thanks*, bem como Ciência e Tecnologia constituem as principais áreas de cooperação do BRICS. O Conselho de Think Thanks, estabelecido em 2013, é constituído pelas seguintes instituições: IPEA⁷ (Brasil), *National Committee for BRICS Research*⁸ (Rússia); *Observer Research Foundation*⁹ (Índia); *China Center for Contemporary World Studies*¹⁰ (China); e *Human Sciences Research Council*¹¹ (África do Sul). A Declaração de Fortaleza (2014), documento elaborado na 6ª Cúpula do BRICS, ressalta a centralidade da educação superior, ao afirmar o necessário estabelecimento da Rede Universitária do BRICS, liderada pela Federação Russa.

As estratégias multilaterais supracitadas indicam uma agenda de fortalecimento da convergência com ênfase na educação superior e na inovação tecnológica. Entretanto, diante da emergência de novos cenários econômicos e políticos, se coloca em causa essa estratégia com ênfase na convergência multilateral. No espaço geopolítico europeu, sobretudo com a crise econômica desencadeada a

⁵ Fonte: http://brics6.itamaraty.gov.br/pt_br/sobre-o-brics/informacao-sobre-o-brics

⁶ Fonte: http://www.ipea.gov.br/forumbrics/images/docs/140124_BRICSProgramacaoPTG.pdf

⁷ Site oficial: <http://www.ipea.gov.br/portal/>

⁸ Site oficial: <http://www.pircenter.org/en/projects/42-shaping-russias-agenda-for-brics>

⁹ Site oficial: <http://www.orfonline.org/>

¹⁰ Site oficial: <http://english.cccws.org.cn/>

¹¹ Site oficial: <http://www.hsrc.ac.za/en>

partir de 2008 e, recentemente, com o *Brexit*¹² do Reino Unido da União Europeia, coloca-se a questão se a política de convergência que vinha sendo adotada desde o Processo de Bolonha, em termos educacionais, padecerá de continuidade. No Brasil, se problematiza a crise política com impactos econômicos e as estratégias de convergência no BRICS. Em cenários de crise, se coloca o questionamento sobre as convergências possíveis de ser construídas no campo das políticas regionais de educação superior, tendo o projeto de cooperação BRICS destaque na formulação dessa plataforma.

2. CENÁRIOS DE COOPERAÇÃO: BRICS E A EDUCAÇÃO SUPERIOR

A análise de uma agenda de cooperação internacional em educação superior e inovação tecnológica constitui uma área de pesquisa recente, focalizada nos estudos sobre a atuação dos organismos internacionais, sobretudo sobre as recomendações de políticas educativas do Banco Mundial, Organização das Nações Unidas sobre Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e Organização Mundial do Comércio (OMC) (Borges, 2009, 2010, 2013, 2015).

46

Não obstante a ocorrência de estudos recentes na área, a questão ganha relevância em fóruns acadêmicos, diplomáticos e em plataformas governamentais, como expressam as estratégias do Reino Unido, após o *Brexit* e com o novo gabinete, voltadas à criação da *UK Research and Innovation* (UKRI), com uma agenda voltada ao fortalecimento da inovação e às interações universidade-empresa (Squeff, 2017). De fato, a matéria educação superior e inovação tecnológica ocupa posição central nessa agenda, também, no Brasil, como indica a pauta da política externa brasileira, em que a temática da cooperação internacional em matéria de ciência e inovação se faz presente, sobretudo, no estabelecimento de acordos de livre comércio e preferenciais extrarregionais¹³.

No tocante à cooperação intra-BRICS em matéria de educação superior e inovação tecnológica, são realizados fóruns acadêmicos em centros de excelência brasileiros, como é o caso do Seminário *BRICS Higher Education*, ocorrido na UNICAMP, nos dias 08 e 09 de novembro de 2012, com o tema *Tendências Recentes do Ensino Superior nos BRICS: análises em torno do pacto entre ensino superior e socie-*

¹² Abreviação das palavras em inglês *Britain* (Grã-Bretanha) e *exit* (saída), designando a saída do Reino Unido da União Europeia.

¹³ http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=111&Itemid=190&lang=pt-br

dade, promovido pelo Centro de Estudos Avançados daquela instituição. Nesse *lócus*, teve lugar o debate acadêmico sobre a educação superior e como esta tem respondido aos desafios da internacionalização e às demandas para o aumento da competitividade econômica dos membros do BRICS.

Os países-membros do BRICS têm dispensado uma atenção especial às políticas de educação superior. Segundo dados do Relatório da UNESCO *BRICS: Construir a Educação para o Futuro - Prioridades para o Desenvolvimento Nacional e a Cooperação Internacional*, "todos os cinco países consideram o desenvolvimento de sistemas de ensino superior mundialmente competitivos como prioridade número 1 para a consolidação de sua posição emergente" (2014, p. 20). Brasil, China, Índia, Federação Russa e África do Sul visam expandir as matrículas na educação superior, com políticas de equidade específicas para melhorar o acesso e garantir a qualidade articulada ao mundo produtivo. Uma das metas consiste na consolidação de universidades de classe mundial.

Na perspectiva da internacionalização de seus sistemas de educação superior, o BRICS têm promovido intercâmbios de estudantes, encorajando universidades estrangeiras a estabelecer *campi* em seus territórios, constituindo um desafio tornar as suas universidades mais atraentes para estudantes internacionais e em cooperação intra-BRICS.

Nesse cenário, emerge a necessidade de pontuar questões e analisar possíveis convergências que simbolizem o estabelecimento de uma pauta de cooperação intra-BRICS na área de educação superior. Não obstante as especificidades e as distinções dos países do BRICS, consiste em pressuposto o estabelecimento de uma agenda convergente nessa área, ao nível regional e global, considerada relevante para o desenvolvimento da Economia Baseada no Conhecimento (EBC), como é a educação superior, pesquisa e a inovação.

Nessa perspectiva, toma-se como referência principal o documento UNESCO *BRICS: Construir a Educação para o Futuro - Prioridades para o Desenvolvimento Nacional e a Cooperação Internacional* (2014) e suas recomendações. Esse documento constitui um marco no processo de construção da agenda BRICS sobre educação, em parceria com a UNESCO, onde são estabelecidos áreas prioritárias e os desafios a serem enfrentados para responder às demandas postas pela EBC. O documento, também, representa o reconhecimento, por parte da UNESCO, do BRICS como um grupo relevante na área educacional, sobretudo na educação superior.

2.1 Questões e Convergências Possíveis: o projeto de cooperação em ascensão?

O documento da UNESCO “BRICS: Construir a Educação para o Futuro - Prioridades para o Desenvolvimento Nacional e a Cooperação Internacional” (2014) é paradigmático no processo de construção de uma agenda com ênfase na educação para além das fronteiras nacionais. Indica, também, o reconhecimento por parte da UNESCO de um grupo importante na correlação de forças na política internacional, com destaque às potências emergentes e/ou em ascensão, tais como denominadas pela literatura científica (Stuenkel, 2017).

Não obstante a UNESCO incluir, em sua agenda de cooperação, pautas relevantes para o BRICS, há divergência, na literatura científica, sobre o real poder de imposição do grupo, sobretudo devido às trajetórias de desenvolvimento distintas entre os seus membros e a posição que ocupam no campo das relações de força internacional. China, Rússia, Índia, Brasil e África do Sul não ocupam a mesma posição de poder nas relações de força material e simbólica no cenário internacional, pois há, no grupo, países que compõem o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), na condição de membros permanentes, como a China e a Rússia, e outros que demandam maior participação nos fóruns multilaterais.

48

A par dessas distinções, há, também, outras de caráter social, político e educacional. No BRICS, há membros com democracias mais vibrantes e outros com sérios problemas de governos autoritários e com desigualdades de cunho social e educacional. A Federação Russa constitui um exemplo de membro em que os indicadores educacionais são elevados, evidenciando uma forte inserção da universidade na formação universitária de sua população. Outros, como a África do Sul, membro que vivenciou oficialmente o regime de segregação racial, denominado de *Apartheid*, até recentemente (período de 1948-1994), se debruça com uma pauta de adoção de ações afirmativas voltadas à promoção do acesso de negros à universidade, bem como o Brasil, país que adotou a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, conhecida como a Lei de Cotas, para promover o acesso de negros e de outros grupos vulneráveis e marginalizados à instituição universitária.

A partir desses cenários, se coloca a questão das convergências possíveis na perspectiva educacional entre os membros do BRICS, tendo como referência e/ou parâmetro o pioneiro Processo de Bolonha europeu, um caso paradigmático no fortalecimento da cooperação na perspectiva educacional e da investigação.

Alerta Stuenkel (2017) que, diante das especificidades dos membros do BRICS e de sua forma de cooperação – não há decisões vinculantes – fica muito difícil o grupo alcançar a dimensão da cooperação da União Europeia (UE). Não obstante esse alerta, não há dúvidas de que a pauta da cooperação da UE influencia a construção da agenda, na área da educação superior, entre o BRICS, a exemplo das questões referentes à mobilidade de estudantes e de professores universitários, sistema de créditos para a equivalência de títulos e os desafios da formação profissional, tendo como parâmetro as necessidades da EBC. Além disso, a Federação Russa, desde 2003, tem participado do Processo de Bolonha (PB), no quadro da *All-European Higher Education Area*. A Federação Russa reestruturou seus currículos e seus conteúdos de curso, introduzindo graus de bacharelado e mestrado, e criando novas especializações, como Ciência da Computação e Ciência Ambiental numa perspectiva de alinhamento com a pauta do PB (Russian Federation, 2014). No âmbito da cooperação intra-BRICS, a Federação Russa, também, tem realizado esforços de construção de uma agenda conjunta, tendo a Universidade da Amizade do Povo da Rússia, sediada em Moscou, encabeçado a iniciativa de criar uma Rede de Universidades dos membros do BRICS, para fins de conectar as instituições líderes da educação superior.

Tendo como parâmetro essas questões, primeiramente, o documento *sub examine* foi publicado em 2014, pela UNESCO, com o título original *BRICS: Building Education for the Future – Priorities for National Development and International Cooperation*. Estabelece, como pauta prioritária, a cooperação internacional articulada ao desenvolvimento nacional. Reconhece o BRICS como um grupo político relevante no mapa mundial da educação, sendo necessário um esforço de cooperação na perspectiva de compartilhamento de experiências e conhecimentos.

Reconstrói, cronologicamente, o percurso do esforço de cooperação na perspectiva educacional, enfatizando reuniões importantes com ministros da Educação nesse processo. Nesse sentido, constitui um marco a reunião ocorrida em novembro de 2013, ocasião em que Ministros da Educação do BRICS se encontraram, na sede da UNESCO, em Paris, para discutir, pela primeira vez, uma pauta para a cooperação em temas educacionais. Nesse quadro, a 6ª Cúpula do BRICS constitui um marco importante na construção dessa pauta de cooperação. Realizada em Fortaleza, Brasil, em julho de 2014, essa Cúpula reconhece a importância estratégica da educação para o desenvolvimento sustentável e o crescimento econômico inclusivo.

O documento *sub examine* reconhece a prioridade de construção de uma nova parceria estratégica para o progresso da educação com ênfase na seguinte agenda: acesso, qualidade e equidade. Articulando educação à pauta do desenvolvimento sustentável e inclusivo, o documento prioriza a questão da formação de habilidades no contexto da EBC, fundamentalmente Formação e Educação Profissional (FEP), com o objetivo de criar e estreitar vínculos mais fortes com o mercado de trabalho e propiciar aos grupos desfavorecidos formação e acesso aos empregos.

Assume-se o discurso de que a educação e a capacitação profissional estão no cerne das estratégias do desenvolvimento, discurso também presente na pauta da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE)¹⁴. Nessa ótica, a UNESCO, em parceria com o BRICS, a partir do olhar e das necessidades das potências emergentes, recomenda o estabelecimento de instituições de ensino superior e de pesquisa mundialmente competitivas, sem relevar a pauta, ainda necessária, da Educação para Todos (EPT) no quadro das estratégias do BRICS.

Outra recomendação relevante consiste em envolver empresas no desenvolvimento de habilidades na formação de trabalhadores necessários ao desenvolvimento da EBC. Destaca o documento que, entre 1999 e 2012, o número de estudantes no ensino superior aumentou mais de cinco vezes na China, quase triplicou no Brasil e na Índia, mais do que dobrou na África do Sul e aumentou em mais de um terço na Federação Russa. Não obstante esses avanços, a carência de educação ainda persiste, enfraquecendo as perspectivas de crescimento e de coesão social.

50

A persistência das desigualdades sociais amplas se reflete em desigualdades em todos os níveis educacionais, contribuindo negativamente para a economia. Apesar da grande expansão experimentada nos últimos anos, apenas, um em cada cinco jovens na Índia, e cerca de um em cada quatro na China tem acesso ao ensino superior. O acesso a programas de desenvolvimento de habilidades, também, é limitado e as instituições formais voltadas à formação e educação profissional (FEP) registram matrículas de uma porcentagem muito baixa de alunos do ensino secundário no Brasil, na Índia e na África do Sul (UNESCO, 2014).

As consequências negativas já se fazem presentes, sobretudo concernente à escassez de trabalhadores que dominam habilidades técnicas e profissionais, ou mesmo habilidades mais gerais e, também, transferíveis. Nesse cenário, as recomendações

¹⁴ *Tertiary Education for the Knowledge Society*, OCDE, 2008.

ênfatisam a interação universidade-empresa, sobretudo no tocante à FEP, desenvolvimento de habilidades avançadas e transferíveis e o estabelecimento de quadros nacionais de qualificação.

Assim, o documento da UNESCO realça a plataforma de cooperação intra-BRICS a partir da demanda da FEP, com destaque à formação de habilidades necessárias à competitividade das economias emergentes e à possibilidade de essas habilidades serem transferíveis. Recomenda que o grupo BRICS centralize a sua pauta de cooperação em educação no desenvolvimento de habilidades complexas para possibilitar a diversificação de sua base econômica.

Nessa pauta, a definição de Quadros Nacionais de Qualificação (QNQ) assume centralidade na perspectiva de facilitar o reconhecimento da formação informal e da experiência de trabalho; a expansão e a modernização da trajetória técnica e profissional do ensino secundário e superior; e o fornecimento de incentivos para que as empresas formem seus trabalhadores. Os países BRICS, também, devem priorizar os programas de formação voltados aos jovens e adultos carentes (UNESCO, 2014).

Além dessa pauta, a construção de centros de excelência mundial em ensino e pesquisa, com ênfase na internacionalização, constitui uma agenda prioritária no projeto de cooperação intra-BRICS. Reconhece a UNESCO que os membros do grupo são colaboradores na internacionalização da educação superior. Com o número mundial de estudantes que buscam a graduação no exterior tendo dobrado, entre 2000 e 2011, para 4,3 milhões, todos os sistemas de educação superior devem apoiar a internacionalização. Em 2011, os países da OCDE atraíram 77% dos estudantes internacionais. Agora, cerca de 53% dos estudantes internacionais vêm da Ásia, onde os números totais de estudantes têm aumentado (OCDE, 2013). A China e a Índia são os países que enviam o maior número de estudantes para o exterior.

O Brasil criou universidades internacionais para receber estudantes da América Latina e de países de língua portuguesa da África. Constitui exemplo adicional a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), em 2010, e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), em 2010.

Nesse quadro de reforço de estratégias multilaterais, o compromisso dos líderes do BRICS, na Cúpula de Fortaleza, em julho de 2014, expressou o objetivo de avançar na cooperação na perspectiva do reconhecimento mútuo de graus e diplomas da

educação superior e a ênfase no estabelecimento da Rede Universitária do BRICS, revelando o alto nível de apoio político entre o grupo no sentido de fortalecer a cooperação na educação superior.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não obstante as especificidades das trajetórias de desenvolvimento dos países BRICS e da posição de poder que ocupam dentro do campo das relações de força internacional, as recomendações para a cooperação, elaboradas pela UNESCO, convergem para alguns temas e questões a tratar, consubstanciados nas seguintes áreas: reconhecimento mútuo de qualificações e a transferência de créditos; estabelecimento de marcos de qualificação; promoção de parcerias entre o grupo BRICS e instituições internacionais relevantes em Formação e Educação Profissional (FEP). Cada área temática da cooperação implica em questões a serem pensadas no quadro das decisões governamentais para responder aos desafios da composição de estratégias multilaterais em educação superior com o propósito de consolidar a posição de potências emergentes e/ou em ascensão dos países BRICS.

52

Uma área temática relevante consiste na criação e promoção de redes de universidades e instituições de formação, a exemplo da Rede Universitária do BRICS. O estabelecimento dessas redes possibilita o intercâmbio de profissionais com expertise em FEP, de modo que, conjuntamente, possam ofertar e desenvolver cursos que promovam o reconhecimento mútuo de qualificações e a transferência de créditos entre as instituições parceiras. Recomenda a UNESCO que os países BRICS se utilizem de convenções regionais para o reconhecimento de qualificações, articulando a utilização eficiente dos marcos de qualificações à garantia da qualidade da educação superior além das fronteiras nacionais.

O futuro da cooperação BRICS exige a consideração de áreas prioritárias para as potências emergentes. O projeto de educação superior além das fronteiras não consiste em inovação do grupo emergente, pois, no espaço geopolítico europeu, essa proposta se encontra nos documentos que antecedem à Declaração de Bolonha (1999). No nível global, visualiza-se o objetivo de eliminação das barreiras a partir da proposta da OMC. Em relação às potências emergentes, o projeto de cooperação BRICS acompanha um movimento que se iniciou em outros espaços geopolíticos, se fazendo necessário o reforço da agenda bilateral e multilateral em educação superior.

Alguns desafios se colocam para o aperfeiçoamento da agenda de cooperação entre as potências emergentes no BRICS no quadro de elaboração de parcerias entre o MERCOSUL e outros blocos. Essas parcerias podem indicar uma tendência de marginalização do BRICS nas estratégias regionais e a assunção de centralidade do MERCOSUL e sua agenda. As questões-chave desse processo constituem pauta comum e relevante para a educação superior no cenário global e regional, se constituindo em questões para além das fronteiras nacionais, tais como: internacionalização, FEP, pesquisa e inovação. Simultaneamente, o grupo se depara com a persistência de demandas voltadas à efetivação da pauta da Educação para Todos (EPT), sobretudo, políticas de equidade na educação superior. O desafio é complexo, pois reúne pautas de excelência e básicas que, ainda, não foram atendidas, no tocante à redução das desigualdades de acesso educacionais. A consolidação da posição dos países BRICS nos cenários globais e regionais depende dessa articulação entre as pautas de excelência em educação superior e questões relacionadas ao direito à educação, ainda pendentes de efetivação.

REFERÊNCIAS

- Borges, Maria Creusa de Araújo (2015). Regulação da educação superior brasileira: a Lei de Inovação Tecnológica e da Parceria Público-Privada. *Educação e Pesquisa*, 41(4), 67-80, São Paulo.
- Borges, Maria Creusa de Araújo (2013). Reforma da universidade no contexto da integração europeia: o Processo de Bolonha e seus desdobramentos. *Educação & Sociedade*, 34(122), 67-80, Campinas.
- Borges, Maria Creusa de Araújo (2010). A visão de educação superior do Banco Mundial: recomendações para a formulação de políticas educativas na América Latina. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, 26(2), 367-375. Porto Alegre.
- Borges, Maria Creusa de Araújo (2009). A educação superior numa perspectiva comercial: a visão da Organização Mundial do Comércio. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, 25(1), 83-91. Recife.
- Freitag, Michel (1996). *Le naufrage de l'université*. Paris: Éditions La Découverte/M.A.U.S.S.
- Lucas, Philippe (1987). *L'université captive*. Paris: Publisud.
- Murteira, Mário (2004). *Economia do conhecimento: conhecimento, capital e trabalho no mercado global*. 1ª ed. Quimera.
- Readings, Bill (1996). *The university in ruins*. Cambridge: Harvard University Press.

Santos, Boaventura de Sousa (2013). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 9ª ed. Revista e aumentada. Coimbra, Pt: Almedina.

Santos, Boaventura de Sousa (org) (2002). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez,.

Squeff, Flávia de Holanda Schmidt (2017). Nove cérebros, um só corpo: a “super” agência britânica de pesquisa e inovação. *Radar: tecnologia, produção e comércio exterior*, Brasília: IPEA, vol. 50, 19-22.

Stuenkel, Oliver (2017). *BRICS e o futuro da ordem global*. Tradução Adriano Scandolara. 1ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra.

Documentos e Legislação

Brasil (2004a). Lei n. 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 3 de dezembro.

Brasil (2004b). Lei n. 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 31 de dezembro.

Brasil (2012). Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 de agosto de 2012.

54

Brasil (2016). Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 de janeiro de 2016.

Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (1995). *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia*. Washington, D. C.

Comitê Econômico e Social Europeu (2011). *Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões «Apoiar o crescimento e o emprego — Uma agenda para a modernização dos sistemas de ensino superior da Europa» COM (2011) 567 final, (2012/C 181/25)*. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52012AE0823>. Acesso em 10 de outubro de 2017.

Communiqué of the Conference of Ministers Responsible for Higher Education (2003). Berlim. Disponível em: <http://www.bologna-berlin2003.de/pdf/Communique1.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2017.

- Declaração Conjunta dos Ministros da Educação Europeus (1999). *Declaração de Bolonha*. Bolonha,. Disponível em: http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/5FE89836-7A33-4FA6-994A-D7E7A841BAA5/1818/Declaracao_Bolonha_portugues.pdf. Acesso em: 10 fev. 2017.
- Declaração Conjunta de Quatro Ministros de Ensino Superior Europeu (Alemanha, França, Itália e Reino Unido) (1998). *Harmoniser l' architecture du système européen d'enseignement supérieur*. Paris. Disponível em: <http://www.utl.pt/docs/DeclaracaoSorbonne.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2017.
- Mercado Comum do Sul. *Plano de ação do setor educacional do MERCOSUL*. Disponível em: <http://edu.mercosur.int/pt-BR/plano-2011-2015/161-plano-de-acao-2011-2015.html>. Acesso em: 10 de out. 2017.
- Ministério da Ciência e do Ensino Superior (2003). *Conferência de ministros responsáveis pelo ensino superior*. Berlim. Disponível em: <http://www.anped11.uerj.br/>. Acesso em: 10 fev. 2017.
- Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (2008). *Tertiary education for the knowledge society*. Volume1, Paris. Disponível em: <http://www.oecd.org/education/skills-beyond-school/41266690.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.
- Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (2013). *Notes on non-OECD providers of development co-operation*. In: OECD. Development Co-operation Report 2013: Ending Poverty. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development.
- Reitores das Universidades Europeias (1988). *Magna carta das universidades*. Bolonha. Disponível em: <http://www.esta.ipt.pt/3es/download/Magna%20Carta%20das%20Universidades.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2017.
- Russian Federation (2014). *Response to BRICS Education Report Questionnaire*. Moscow: Government of the Russian Federation.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (2014). *BRICS: Construir a educação para o futuro - prioridades para o desenvolvimento nacional e a cooperação internacional*. UNESCO: Paris. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002296/229602por.pdf>. Acesso em: 12 abril de 2017.
- World Trade Organization (1998). *Servicios de enseñanza* – nota documental de la secretaria. Disponível em: wto.org/tratop_e/serv. Acesso em: 15 jul. 2017.
- World Trade Organization (1995). *The General Agreement on trade in services (GATS): objectives, coverage and disciplines*. Disponível em: www.wto.org/tratop_e/serv. Acesso em: 15 jul. 2017.

Sites

- <http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>
http://brics6.itamaraty.gov.br/pt_br/sobre-o-brics/informacao-sobre-o-brics
http://www.ipea.gov.br/forumbrics/images/docs/140124_BRICSProgramacaoPTG.pdf
<http://www.ipea.gov.br/portal/>

<http://www.pircenter.org/en/projects/42-shaping-russias-agenda-for-brics>

<http://www.orfonline.org/>

<http://english.cccws.org.cn/>

<http://www.hsrc.ac.za/en>

http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=111&Itemid=190&lang=pt-br